

COLUNA

Educação Antirracista em Pauta

Luciana Guimarães Nascimento

Valorizar as relações étnico-raciais na escola também é educar para sustentabilidade



Educar para *sustentabilidade* tem sido um tema recorrente nas pautas de diálogos sobre a educação brasileira. Desde 2005, quando foi decretada pela UNESCO a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (2005-2014), vários ensaios para sistematização do tema no currículo da educação básica vieram ocorrendo, porém, enfrentando dificuldades para se consolidar traduzindo-se em efetividade, entre outras coisas, pela abrangência do conceito.

Estudioso sobre este conteúdo, o inglês John Huckle, em livro publicado no ano de 2001, já apontava que *sustentabilidade* não se restringia a um significado comum, o que nos ajuda a entender a dificuldade para o estabelecimento desta enunciação nas escolas brasileiras. E isso, por estar consonante a uma lógica que envolve atenção especial às questões ambientais, sociais, econômicas, éticas, étnicas, político e comportamentais, ou seja, à construção de um conjunto de princípios que, interligados, passem a transversalizar condutas sistêmicas e individuais dentro da sociedade. Neste sentido, os desdobramentos múltiplos possíveis do tema acabam por torná-lo desafiador aos educadores, em razão destes, por vezes pressionados pelo apelo midiático, não conseguirem ultrapassar os limites da abordagem pela preservação ambiental restrita às narrativas pragmáticas, como reflorestamento, extração menos nociva de elementos naturais, cuidado com/e preservação de animais.

Vale ressaltar que a causa *sustentabilidade* ganha força no imaginário mundial a partir dos anos 2000, quando foram estabelecidas oito metas apresentadas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo o apoio do Brasil. Mais adiante, já em 2015, estes objetivos dão suporte ao aprofundamento das ações com a criação da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, documento no qual são pautados 17 objetivos e 169 metas que visam o alcance do desenvolvimento sustentável em nível mundial, objetivando solucionar pontos de desalinhamento que alimentam problemas como pobreza, alimentação, saúde, agricultura, educação,

“Desenvolver práticas educativas que privilegiem as relações étnico-raciais é um dever da escola comprometida com a construção de uma sociedade efetivamente democrática, que exalta as diversidades e o enaltecimento das vidas humanas”.

igualdade de gênero, água e saneamento básico, energia e desigualdades.



A segregação dos espaços urbanos brasileiros é um exemplo do racismo ambiental.

Neste sentido, a sociedade brasileira, afetada por todos os problemas enumerados no documento, busca através da educação favorecer a reconstrução de práticas e valores que atualmente alimentam o cenário desrespeitoso ao meio ambiente e à manutenção da vida. Espera-se da área, a consolidação de práticas pedagógicas que transformem a mentalidade da população, propiciando uma coexistência respeitosa e capaz de celebrar o alcance da cidadania plena dentro de concepções sustentáveis. Ocorre que, pela amplitude do tema, em razão do termo *sustentabilidade* funcionar como uma espécie de “guarda-chuva” para diferentes vertentes no cuidado com o planeta, é comum que a atenção e valorização das vidas humanas sejam desatreladas do conceito, sendo desconsiderado nessa separação, especialmente, as peculiaridades dos diferentes grupos humanos e a importância de valorizarmos suas diversas trajetórias de subsistência.



Marcha das mulheres indígenas, ago. 2019. Foto: Tiago Miotto/Cimi

É na tentativa de colaborar com um modelo educativo que legitime a *sustentabilidade* pautada pela dignidade da existência humana, que aqui enfocarei um dos pontos do conceito necessário de ser aprofundado para o triunfo da cidadania, já que, isoladamente, abarca uma série de demandas influenciadoras das adversidades estabelecidas nas ordens política, social e econômica. Isso posto, cabe destaque ao objetivo número 10 – Redução das Desigualdades do documento “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a partir do qual pretendo acentuar uma propositura educativa compatível com o combate às desigualdades sociais no Brasil, partindo do entendimento que este é um imbróglio decorrente, sobretudo, da desvalorização das diversidades que configuram o país.

Ao tratar a diversidade como uma das maiores riquezas da natureza humana, por garantir a completude do mundo, cabe reconhecê-la e exaltá-la nos diferentes espaços de convívio social, em especial no espaço escolar, sedimentando pilares para uma convivência cidadã igualitária. Neste caminhar, construir ações político-pedagógicas que deem respostas às diferentes necessidades educacionais que os sujeitos apresentam diante do fato educativo, relacionados não só à dimensão cognitiva mas, essencialmente, à dimensão social que tangencia aspectos culturais e identitários, representa a legitimação de um modelo educativo democrático por se estabelecer cotidianamente humanitário e inclusivo. Logo, cumpre observar a preservação humana como uma vertente sustentável dimensionando as peculiaridades que

atravessam essa demanda, compreendendo-as como determinantes para vulnerabilidades estabelecidas em diferentes territórios.

No Brasil, a dimensão étnico-racial - compreendida por Oliveira (2006) como expressão que abarca os conceitos morfológico (raça) e sociocultural, histórico e psicológico (etnia) -, induz lugares sociais determinantes para as possibilidades de ser e estar dos diferentes grupos que formam o país, gerando desdobramentos na mensuração do valor cidadão atribuído a cada indivíduo conforme sua pertença identitária. Por isso, convém pensarmos em possibilidades outras para a reconstrução das relações sociais estabelecidas, em razão da ineficiência constatada perante o modelo de convivência convencionado, não ignorar que a sociedade brasileira concebida em pilares ideológicos racistas promove, cotidianamente, a exclusão de mais da metade da população do país, marcada pela negritude, dos direitos ao acesso e prática da cidadania plena por não compreender, e aceitar, que existem formas diversas de existir no mesmo território.



Marcha das Mulheres - Foto: reprodução/CTB

À vista disso, convém o empenho de esforços para construção de vivências escolares cotidianas que apóiem um novo modelo de (co)existência, fazendo-o sustentável na medida que prima por todas as especificidades da existência humana. Assim, combater a discriminação racial que afeta indivíduos negros (pretos e pardos) em diferentes espaços sistêmicos e formais no território brasileiro é consolidar uma ação ética, consciente e consonante com as demandas da realidade, destacando-se como sustentável por perseguir o bem estar de mais da metade da população brasileira, cerca de 54%

conforme a última Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua de 2018.

Pensar nas relações étnico-raciais para um desenvolvimento sustentável a partir do campo da educação, é recriar a dinâmica dos vínculos que os indivíduos estabelecem com o seu meio de (con)vivência, desconstruindo a visão racista que exclui, oprime e interfere nos direitos e deveres de milhares pelo Brasil em consequência de uma compreensão estigmatizada das identidades diversas que se apresentam, em especial, quanto ao arcabouço de características que constituem a identidade negra no Brasil. É, do mesmo modo, dar relevância aos traços identitários que influenciam as dinâmicas humanas, especialmente nas performances entre os diferentes grupos sociais, alicerçando aperfeiçoamentos capazes de nos conduzir a uma experiência macro de desenvolvimento sustentável que se contraponha ao modelo ainda vigente de sociedade de consumo, no qual, conforme aponta Retondar (2008), consumir passa a mediar as relações sociais gerando diferentes tipos de conflitos, inclusive étnico-raciais.



Transporte escolar de crianças ribeirinhas no Pará.

Se almejamos uma afirmação cidadã sustentável, faz-se necessária a condecoração da riqueza promovida pela diversidade étnico-racial típica do território brasileiro, assumindo que diante da negação às vivências histórico-culturais diversas encontradas no território brasileiro, nossa sociedade se estabelece na contramão de práticas sociais favoráveis ao pleno desenvolvimento humano, encontrando-se hierarquizada por conveniência político-econômica, pautada em critérios classificatórios e discriminatórios aos indivíduos. Desta maneira, é desconsiderado o valor da heterogeneidade que nos caracteriza enquanto categoria humana, legando à base da pirâmide social os indivíduos imbuídos de aspectos historicamente considerados inferiores, com menor valia humana, sobretudo quando assentados em critérios étnico-raciais.

Com o propósito de garantirmos relações de fato sustentáveis, torna-se indispensável a inversão na dinâmica hierárquica que dita relações socioeconômicas dominantes, utilizando o critério raça/cor para impor a opressão de indivíduos, da mesma forma como não preserva os recursos naturais, e a regulação do seu uso, por se apresentarem pouco preocupadas em poupar o espaço por nós ocupado. Precisamos validar os processos educativos no âmbito escolar como mecanismos para o enaltecimento das potencialidades humanas, costurando o processo ensino-aprendizagem diante de práticas sociais auspiciosas à equidade, em contrariedade ao movimento de acúmulo de bens que ignora a promoção do bem estar coletivo, tendo como consequência a concentração de renda, capaz de impor valores hegemônicos que acirram conflitos de ordem social, econômica, política e cultural.

Neste caminhar, será imprescindível dialogar com os procedimentos político-pedagógicos descritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino das Relações Étnico-Raciais (2004), priorizando um modelo educativo que encare as diferenças humanas como particularidade do nosso gênero, desenvolvendo o convívio respeitoso e valorizador desta característica, a partir de uma posição ética e

***“É inegável a
responsabilidade
da escola quanto
ao trato
pedagógico da
heterogeneidade
que constitui os
indivíduos e se
abriga em seu
interior.***

desprovida de ordens prioritárias, ou seja, desconstruindo a ideia de que há indivíduos melhores ou piores quando comparados uns com os outros, especialmente quando o fator determinante para este preceito considerar a origem étnico-racial dos sujeitos. Nas dinâmicas escolares é fundamental o acolhimento de todas as especificidades, considerando as contribuições dos diversos povos para a formação da sociedade global, sem classificá-los em padrões de inferioridade ou superioridade, mas contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade pautada pela justiça e solidariedade (Gomes, 2007; Gonçalves e Silva, 2010).



A educação escolar das crianças de etnias ciganas, no Brasil ainda é repleta de silenciamentos e preconceito.

Por acreditar na educação escolar como potencialmente transformadora, defendo a procura por uma nova relação que se estabeleça enquanto sustentável por dar relevância a problemáticas que interferem nas dinâmicas do ecossistema, em especial quando constatamos a marginalização e a banalização da vida de pessoas em decorrência de critérios que classificam o grau de humanidade baseado em um recorte de raça/cor. Pensar a partir da educação para as relações étnico-raciais é traduzir práticas de reconstrução do modelo civilizatório atual, excludente e arraigado em valores discriminatórios, reconhecendo-o como nocivo ao equilíbrio ambiental que se almeja.

Interromper o ciclo de mazelas ecológicas perceptíveis na atualidade é evitar a perpetuação do caos para as futuras gerações. Investir em um trabalho educativo de reconstrução do imaginário social hoje, edificado diante do modelo de consciência favorável a ao cenário verdadeiramente sustentável no futuro, perpassa pela condução de reflexões sobre as relações étnico-raciais como pauta fixa nos currículos escolares, instigando práticas pedagógicas

oportunas à superação de hierarquias étnicas e culturais. E, dentro dessa lógica, desenvolver posicionamento crítico capaz de combater a dominação de espaços geográficos, a subalternização de comunidades/nações, o extermínio de grupos étnico-raciais específicos que geram exploração indevida dos recursos naturais para o favorecimento econômico de alguns, contrariando a lógica que posiciona a natureza como um bem de todos.



O racismo institucional está fortemente presente nas escolas.

Cumpramos, então, buscamos o respeito às diversidades, em especial à diversidade étnico-racial e os seus espaços de manifestação, pretendendo estabelecer associações que valorizem os humanos perante suas práticas culturais, endossadas por saberes despidos de hierarquias socioeconômicas e, por isso, responsáveis por contribuir com o harmonioso convívio ecológico. Alicerçada nas Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas (2004), a configuração de um currículo que promova a sistematização multicultural dos conhecimentos estabelecendo dinâmicas educativas que centralizem a cultura em termos epistemológicos (Canen, Oliveira & Franco, 2000), reconhecendo-a como aspecto histórico-social que, dependendo de como for compreendida, poderá inibir o protagonismo de indivíduos conforme sua pertença identitária.

Com isso, apostar em práticas educativas compatíveis com a positividade das relações étnico-raciais, é assegurar a construção de equilíbrio sustentável esmiuçando e combatendo os problemas que afetam um dos agravantes das desigualdades sociais no Brasil, o racismo. Significa, também, investir em princípios epistemológicos que coadunam com preservação de grupos sociais, diante do entendimento que as diferenças, de ser, estar, saber

e fazer, não podem determinar posições sociais desiguais, excludentes ao ponto de tornarem o valor da vida insignificante.

É inegável a responsabilidade da escola quanto ao trato pedagógico da heterogeneidade que constitui os indivíduos e se abriga em seu interior. Isto posto, destacar a educação escolar como meio propício à desconstrução de ações preconceituosas e discriminatórias em prol da vida humana, perpassa por aspectos culturais, na intenção de promover relações sociais realmente sustentáveis. Antes de qualquer questão, produzir o respeito ao diferente, favorecendo a construção de caminhos que possibilitem o alcance de uma sociedade equilibrada, despida de preconceitos, com valores antidiscriminatórios, perpassa pelo reconhecimento das diferentes narrativas que forjam a personalidade histórica dos sujeitos. À vista disso, resgatar a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no espaço escolar é investir na *sustentabilidade* em sua dimensão de preservação e valorização das vidas que se encontram na esfera global, evitando que sejam graduadas conforme suas pertencas histórico-culturais, dificultando uma variante estrutural das desigualdades sociais.

Desenvolver práticas educativas que privilegiem as relações étnico-raciais é um dever da escola comprometida com a construção de uma sociedade efetivamente democrática, que exalta as diversidades e o enaltecimento das vidas humanas. Fundamentados nesse modelo de atuação, iniciaremos a construção de uma sociedade realmente sustentável quando estiver consciente de que é incompleta a projeção para preservação da fauna e da flora, de rios e mares, todavia complacente com o extermínio de algumas vidas humanas. Para o alcance da evolução cidadã, a educação escolar terá que atuar no sentido de garantir às futuras gerações um novo imaginário social, sustentável por não permitir que comunidades permaneçam desqualificadas enquanto categorias detentoras de direitos e deveres, posto que seu processo de humanização fora deteriorado pelo preconceito e discriminação ao longo do caminhar que deveria ser civilizatório.

Luciana Guimarães Nascimento



Sou mulher negra, professora, militante nas questões étnico-raciais a partir do campo da educação. Há vinte anos atuando nos processos que envolvem ensino-aprendizagem, e destes, dezoito dedicados exclusivamente à Educação Pública, tanto no nível básico quanto no superior, nas áreas de ensino, gestão, pesquisa e extensão. Mestre em Educação pela UNIRIO, Especialista em Relações Étnico-Raciais e Educação (CEFET/RJ) e Licenciada em Pedagogia pela UERJ. Também possuo especializações nas áreas de Administração e Supervisão Escolar (UCAM), Orientação Pedagógica e Educacional (UCAM), além de formação complementar nas áreas de Gênero e Diversidade, História e Cultura Brasileira e

Educação Inclusiva. Atualmente, curso licenciatura em História (UVA).

Referências

BRASÍLIA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Ministério da Educação, Distrito Federal, Outubro de 2004.

CANEN, Ana, OLIVEIRA, Renato J., FRANCO, Monique, (2000). Ética, multiculturalismo e educação – articulação possível? **Revista Brasileira de Educação**, nº 13, p. 113-126.

GOMES, Nilma L. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Brasília. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

GONÇALVES e SILVA, P. B. Estudos Afro-Brasileiros: Africanidades e Cidadania. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N.L (Orgs). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, pp. 17 – 54.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2018.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24437&t=sobre>. Acesso em 10/11/2029.

HUCKLE, J. & STERLING, S. **Education for Sustainability.** London: Earthscan Publications Limited, 2001.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 05/ 06/2019.

OLIVEIRA, Iolanda. Raça, Currículo e Práxis Pedagógica. **Cadernos Penesb**, no 7. Niterói, EdUFF, pp.42-67, Nov. 2006.

RETONDAR, Anderson Moebus. **A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como "contexto social" de produção de subjetividades.** Soc. estado. [online]. 2008, vol.23, n.1, pp.137-160.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005- 2014:** documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

UNESCO. (2017). **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Objetivos de aprendizagem. Paris: Unesco. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>. Acesso: 07 jun.2019.